



SE REINVENTAR EM TEMPOS DE CRISE: A AÇÃO DA COFASPI FRENTE AO SUCATEAMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

Dhione Andrade Figueredo ¹
João Phelipe Santiago ²

RESUMO

Propor um debate em relação à Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) tornou-se ainda mais pertinente em um momento de grandes mudanças no contexto político brasileiro, com a queda da hegemonia de um partido de esquerda, por meio de um golpe político, e a ascensão ao poder de um grupo de extrema-direita e ultra neoliberal; com impactos significativos na condução das políticas institucionalizadas para o rural brasileiro. Nesse cenário, objetiva-se analisar como a COFASPI mantém o desenvolvimento de suas atividades nos dias atuais, frente a um contexto político que se apresenta desfavorável para as políticas públicas pensadas para a agricultura familiar³. Para isso, fez-se necessário realizar revisão de literatura, pesquisa de campo, observação e aplicação de questionários e entrevistas. Ressalta-se que apesar das limitações teóricas e falhas no processo de gestão social, não se pode perder de vista que a PDT apresentou um primeiro passo na descentralização das decisões, com uma proposta de horizontalidade na formulação, execução e avaliação das políticas públicas. No Piemonte da Diamantina, a COFASPI ao se apropriar dos preceitos desta política tem intensivamente contribuído no desenvolvimento rural, alcançando grandes resultados a partir da captação de recursos para a extensão rural.

Palavras-chave: Políticas públicas, Desenvolvimento Territorial, Piemonte da Diamantina, COFASPI.

ABSTRACT

Proposing a debate regarding the Territorial Development Policy (PDT) became even more pertinent at a time of great changes in the Brazilian political context, with the fall of the hegemony of a left-wing party, through a political coup, and the rise to power of an extreme right and ultra neoliberal group, with significant impacts on the conduct of institutionalized policies for rural Brazil. In this scenario, the objective is to analyze how COFASPI maintains the development of its activities nowadays, in face of a political context that is unfavorable for public policies designed for family farming. For this, it was necessary to carry out a literature review, field research, observation and application of questionnaires and interviews. It is noteworthy that despite the theoretical limitations and failures in the social management process, one cannot lose sight of the fact that the PDT presented a first step in the decentralization of decisions, with a proposal for horizontality in the formulation, execution and evaluation of public policies. In Piemonte da Diamantina, COFASPI, by appropriating the precepts of this policy, has intensively contributed to rural development, achieving great results from the capture of resources for rural extension.

Key words: Public Policies, Territorial Development, Piemonte da Diamantina, COFASPI.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, dhionegeogeo@hotmail.com;

² Professor Doutor Titular, Departamento de Geografia – UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Anthropos – CNPq, pphhee@hotmail.com;

³ Este trabalho apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB).



INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento brasileiro, além de recorrente desde sua fundação como nação, é de atualizada relevância. Embora sejamos uma potência territorial⁴, a quinta do mundo em extensão; possuímos uma formação territorial marcada por profundas desigualdades sociais, e grandes contrastes na produção do espaço regional e local.

Com o acirramento de discussões referentes ao desenvolvimento, no final do século XX em meio as várias teorizações propostas, o conceito de território ganhou um significado essencial por ser um campo tácito e estratégico para balizar toda logística das redes engendradas pelo capital e pelos recursos técnicos operacionais necessários para fomentar o desenvolvimento regional, municipal e local.

Tais questões podem ser contidas num quadro de capitalismo hiper-tardio e dependente, com fortes marcas de subdesenvolvimento social, como se pode observar ao comparar as diversas paisagens regionais urbanas e rurais, e assim identificar dados estatísticos nas várias regiões da Bahia, do Nordeste, do Brasil e do mundo.⁵

No século XXI, com o governo Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2013, especialmente através da linha de ação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o PRONAT, surge a perspectiva de desenvolvimento territorial proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se apresenta em oposição as abordagens economicistas de projetos de desenvolvimento realizadas anteriormente, o que caracteriza essa nova política brasileira como inovadora, por conter um aspecto multidimensional e descentralizado, com metodologias voltadas para participação social (Schneider e Tartaruga, 2004 apud LIMA, 2014,p.83).

No âmbito estadual, com a criação da *Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia*, e a instituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), objetivou-se promover um modelo de desenvolvimento democrático, sustentável e solidário,

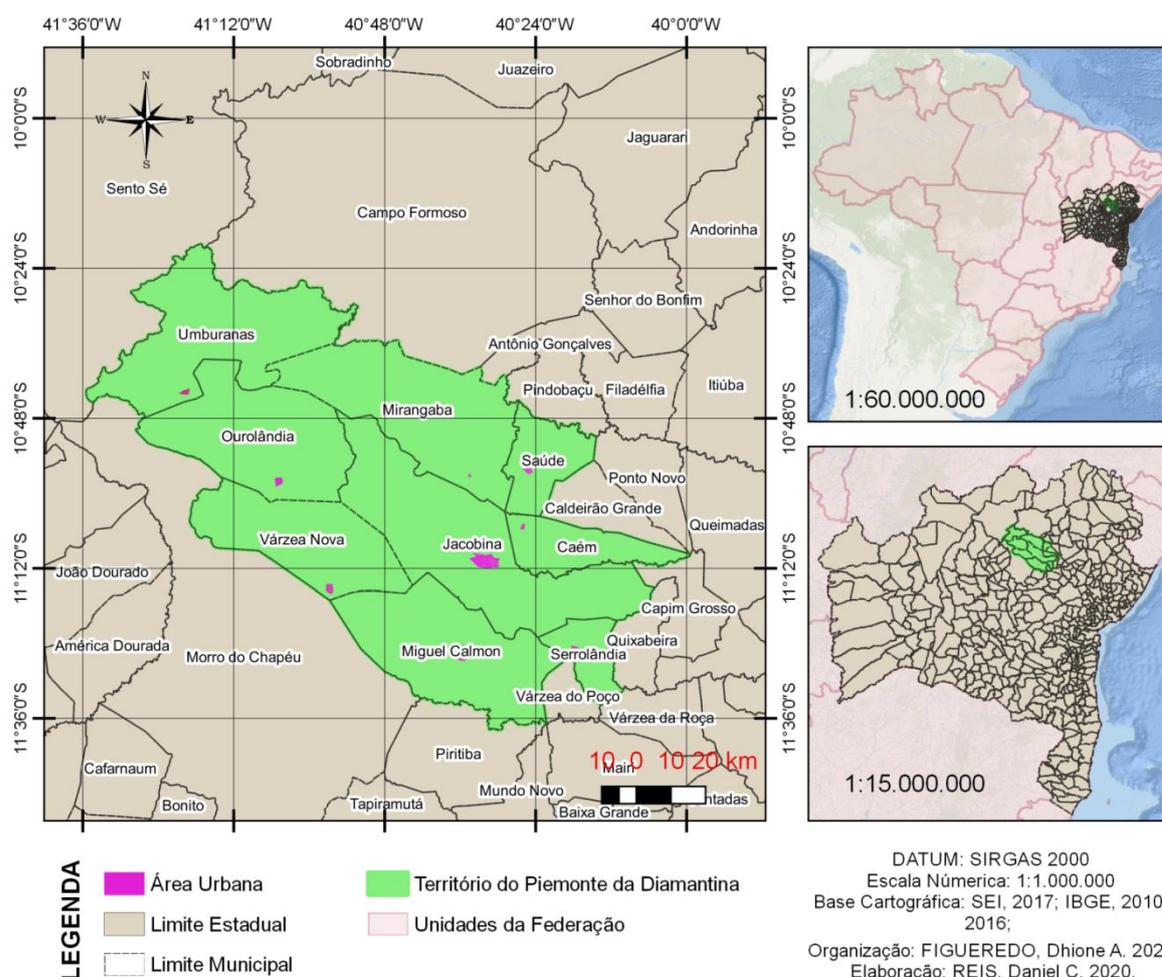
⁴ A ideia de potência territorial no pensamento ratzeliano é importante pois, “a teoria do Estado é também uma teoria do território” (SANTIAGO, 2005, p. 62), e a forma de atuação como “incremento da potência e solidez do Estado” não se pode compreender neste caso sem as políticas públicas resultantes. (RATZEL, 1990, p.73-4). Todavia a extensão e expansão do Estado não pode ser compreendida sem o primado das redes geográficas, significado e sentido do entendimento sobre os elementos e fatores que induzem o desenvolvimento regional e global. Ver o papel das redes técnicas (SANTANA, 2013).

⁵ Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, Anuário Estatístico do IBGE, entre outros.

através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais.

No nível regional e local; em um contexto marcado por propostas descentralizadas e plurais, através de uma valorização do envolvimento dos diversos segmentos e agentes sociais na formulação das políticas públicas; e incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade, a Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) é uma organização que tem se destacado nos nove municípios que compõem o Território de Identidade Piemonte da Diamantina (figura 01), sobretudo pelo protagonismo na condução da política territorial implantada pelo MDA (FIGUEREDO; LIMA, 2014).

Figura 1 - Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia.



A COFASPI surge com a missão de propiciar aos agricultores e agricultoras “assessoramento técnico em suas atividades agropecuárias, com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e culturalmente adaptada” (COFASPI, 2014, p.6), e “tendo como opção ético-política o



desenvolvimento de suas atividades junto aos agricultores/as familiares na perspectiva da Convivência com o Semiárido, na Segurança Alimentar e Nutricional, do Cooperativismo/Associativismo e do Desenvolvimento Territorial” (COFASPI, 2014, p.6-7).

Propor um debate em relação à Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) tornou-se ainda mais pertinente em um momento de grandes mudanças no contexto político brasileiro, com a queda da hegemonia de um partido de esquerda, por meio de um golpe político, e a ascensão ao poder de um grupo de extrema-direita e ultra neoliberal, e comportamentos de cerceamento e censuras a democracia das ideias e da produção científica nas universidades públicas, para não dizer de viés autoritário, com impactos significativos na condução das políticas institucionalizadas para o rural brasileiro.

Nesse cenário, objetiva-se analisar como a COFASPI mantém o desenvolvimento de suas atividades nos dias atuais, frente a um contexto político que se apresenta desfavorável para as políticas públicas pensadas para a agricultura familiar. Verificaremos, assim, as novas parcerias com empresas que tem potencial de responsabilidade social e ambiental.

Numa perspectiva mais ampla, adotamos o método dialético, que se justifica pela necessidade de se considerar a formação social atual, caracterizada pelo modo de produção capitalista, sistema que apresenta fortes contradições, que serão entendidas nesse trabalho pelos conflitos e relações de poder entre o Estado e a Sociedade; e o papel da gestão/planejamento governamental nesse contexto regional do Território de Identidade Piemonte da Diamantina.

No desenvolvimento deste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico, que paralelo a pesquisa de campo, observação e participação em reuniões de monitoramento das ações realizadas pela COFASPI, e aplicação de entrevistas com lideranças da COFASPI, foram fundamentais para enriquecer o levantamento de informações e a discussão aqui proposta.

Nesse momento de inconstância, e buscando permanecer prestando assistência técnica com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável, a COFASPI tem se apoiado nas políticas territoriais do Estado da Bahia, que também em parceria com órgãos internacionais tem se inspirado nas proposições do hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, para executar projetos como o Pró-Semiárido e o Bahia Produtiva.

Também estão sendo firmados convênios com empresas privadas que atuam no Território, captando recursos para desenvolver projetos nas comunidades rurais do município onde estão instaladas empresas de produção de energia eólica nesse Território de Identidade.



Devido a grandiosidade desses projetos, e entendendo que muito ainda se pode absorver ao analisar tais atividades, buscou-se nesse trabalho apenas apresentá-los como possibilidades de continuação das atividades da COFASPI, que após a interrupção da PDT no âmbito federal precisou se reinventar para continuar atendendo as demandas territoriais.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A ascensão do partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, à Presidência da República, nas eleições de 2002, reinsereu na agenda política os debates referentes ao desenvolvimento. Dessa forma, desde o início, o Governo Lula (2003), propôs romper com o modelo econômico até então vigente, e instaurar uma política de fortalecimento do mercado interno, possuindo como grande desafio “a edificação de um projeto de nação que contemplasse todos os segmentos sociais, especialmente uma ampla camada da população que historicamente foi marginalizada” (MATTEI, 2017, p. 63).

Nesse contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento surge como uma possibilidade de crescimento econômico atrelada a uma abordagem multidimensional e descentralizada, dando voz aos diversos atores sociais.

No Brasil, a abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil. Sua difusão deve-se, principalmente, à política territorial implantada pelo governo Lula, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003, que desde então tem propagado as benesses dessa abordagem na promoção do almejado desenvolvimento, utilizando-a como suporte basilar na fundamentação teórico-metodológica das políticas públicas (LIMA, 2014, p. 59-60).

Tido como marco inicial para a descentralização política no Brasil, a Política de Desenvolvimento Territorial criada pelo MDA, foi vista como meio para uma inserção dos espaços rurais na economia brasileira, ao considerar não apenas o agronegócio como setor produtivo, mas considerando também proposições voltadas para os camponeses, intitulados pelo Estado de agricultores familiares.

A PDT fundamentou-se em experiências internacionais que objetivavam o envolvimento da sociedade desde o momento de planejamento, até execução e avaliação das políticas propostas. Inspirado em políticas europeias exitosas, o Brasil juntamente com outros países latino-americanos, formou a rede PROTERRITÓRIOS, que trazia para o contexto da América Latina os propósitos norteadores do Programa LEADER (LIMA, 2014).



Além da tendência a descentralização e a participação da população nas formulações das políticas públicas, essa abordagem considera o território e suas múltiplas dimensões como nova escala para planejamento. Nessa conjuntura, “a *essência do desenvolvimento encontra-se atrelada ao território*. Desta maneira, as ações que têm como alvo o desenvolvimento perpassam pelo processo de reconhecimento da importância dos territórios enquanto unidade de planejamento e de gestão espacial”. (ALCANTARA, 2013, p. 110-111).

A partir da tese de doutoramento de Alcântara (2013) podemos elencar alguns marcos primordiais para a reconfiguração das proposições de políticas para os espaços rurais brasileiros: **a)** as discussões relativas aos agricultores familiares ganham proporções maiores; **b)** a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o objetivo de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA, 2005b, p. 3); **c)** a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT e a criação dos territórios rurais, “que mais tarde daria espaço ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR” (p.115); **d)** a criação, em 2008, do Programa Territórios da Cidadania, que se consolidaria posteriormente com os Colegiados de Desenvolvimento Territorial – CODETER.

Todo este processo revelou um significativo avanço na descentralização político administrativa, ponto importante na construção do trabalho por ser o momento de mudanças, reformulações e proposições para o meio rural brasileiro, voltado para a população mais pobre e focado nos agricultores familiares (ALCANTARA, 2013, p. 117).

Somado a isso, Lima (2014) atenta para o fato que “não se podem ignorar as tessituras político-econômicas que motivaram a adoção da abordagem territorial em vários países da América Latina” (p.61).

A dita “nova” abordagem do desenvolvimento rural implantada nesses países a partir do final do século XX possui estreita relação com as orientações das agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos unilaterais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros (LIMA, 2014, p. 61-62).

Entender essa relação com órgãos externos nos leva a reconhecer que as definições e aplicabilidades de políticas públicas no Brasil relacionam-se com o contexto globalizante vivido mundialmente. Assim, deve-se atentar ao fato de que os “territórios não são ilhas, pois se situam em meio a um contexto nacional e internacional que possui uma dinâmica social,



econômica, cultural, política, ou de outra natureza, que é sistêmica e que influencia, pressiona e delimita os espaços de ação dos agentes” (SCHNEIDER, 2004, p. 24-25).

A abordagem territorial do desenvolvimento instituída pelo MDA surge como um grande avanço no modo de se planejar política pública no Brasil, por atender as proposições internacionais vigentes; e a âmbito nacional, aparentar ser uma proposta que atendesse as bandeiras de lutas defendidas por muito tempo pelos movimentos sociais (LIMA, 2014).

No primeiro mandato Lula (2003), com a criação do PRONAT e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – ambas atreladas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Estado brasileiro reconheceria a produção no espaço rural em escala familiar, e daria legitimidade ao agora identificado como “agricultor familiar”. Além disso, as políticas públicas pensadas para o desenvolvimento dos espaços rurais brasileiros, apoiadas num momento de forte redemocratização, passaram a defender uma maior participação social nos espaços decisórios, com o envolvimento dos mais diversos segmentos sociais na discussão, elaboração e gestão das PDT.

Mais de quinze anos após o início das novas estratégias de desenvolvimento rural pautadas na escala territorial, muitos estudos foram desenvolvidos, apontando potencialidades da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, assim como indicando fragilidades e desafios na sua continuidade.

Não há dúvidas de que a década passada foi, sob vários aspectos, uma década vitoriosa – houve uma acentuada redução da pobreza e uma inédita redução da desigualdade, o país experimentou um crescimento econômico continuado, houve uma redução do ritmo do desmatamento, maior democratização; porém, para o caso das regiões rurais brasileiras especificamente, seria um erro imaginar que a simples continuidade da combinação entre mais recursos para a agricultura familiar e fortes políticas sociais, marcas do último período, bastará para que os resultados positivos se repitam e seus efeitos sigam sendo ampliados. Diferente disso será preciso inovar nos instrumentos de política, sob pena de ver estes resultados positivos minguarem (FAVARETO, 2006, p. 1).

Na busca pela superação da dicotomia existente entre rural e urbano, a SDT inseriu com destaque a abordagem territorial na concepção e execução de políticas públicas, na intenção de condicionar maior participação dos múltiplos sujeitos no planejamento das PDT, com o objetivo de promover o desenvolvimento para os espaços rurais.

O território passa a ser considerado o “sujeito ativo do desenvolvimento”, por ser o “recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais”. (DALLABRIDA, 2006, p. 216). Assim, considerando autores referenciais na ciência



geográfica e pautado nas relações de poder, Dallabrida (2006) define território como “[...] uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder”, sendo que, essas relações de poder são “sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos” (p.161).

A partir dessa definição, os espaços decisórios instaurados pela Política de Desenvolvimento Territorial, por buscar envolver os atores dos mais diversos setores da sociedade, consideraria a diversidade social e cultural dos diferentes contextos, para assim propor uma política que atendesse aos anseios e estratégias específicas de cada território e potencializasse as ações ali desenvolvidas, sempre tendo em vista o alcance do almejado desenvolvimento.

Pensando em estratégias eficientes para um desenvolvimento nacional, Brandão (2012), acredita que é preciso enfrentar as relações de poder engendradas em benefício de comandos tradicionais. Assim, esses espaços de participação social pensados pela PDT deveriam assumir esse papel de “distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder” (p.201); desse modo, teríamos um jogo político em que os interesses dos diferentes atores estariam em pauta.

Nesse contexto, fugindo da noção “vulgar” de que desenvolvimento traz inerente sentido de calma, tranquilidade e equilíbrio, é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa predispor-se o tempo todo, a embaçar, estorvar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. [...] O desafio político é *ganhar poder de comando sobre os centros de decisão*, em uma situação em que alguns poucos “nichos decisórios” estão internalizados e a maioria sob controle externo, e em que há o progressivo estreitamento dos horizontes temporais (e da legitimidade) para as ações públicas estruturantes e coordenadoras (BRANDÃO, 2012, p. 200-202).

Entendendo o desenvolvimento como um processo, que pelas pautas da PDT situam-se territorialmente, a participação nos espaços decisórios é de extrema importância, ao considerar participação “como vetor para a eficácia das Políticas Públicas com o propósito de atender aos interesses coletivos” (ALCANTARA, 2013, p.107); porém, para isso, deve-se considerar e realmente tornar ativa a voz dos agentes sociais.

O enfoque territorial do desenvolvimento adotado pela PDT para os espaços rurais ao ter o território como o espaço de planejamento e execução, tencionava atender as demandas dos movimentos sociais e tornar os sujeitos protagonistas tanto nas discussões e articulações, quanto na implementação das políticas públicas. Para Delgado e Leite (2015),



a política territorial rural, não obstante o predomínio dos projetos produtivos para a agricultura familiar, representa uma inovação institucional importante no sentido de incorporar as demandas dos diferentes povos e populações tradicionais existentes no meio rural na política pública do governo federal. O aspecto fundamental da abordagem territorial era a tentativa de consolidar a democracia, construir uma nova cultura política no meio rural e aumentar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais (p. 240).

No entanto, Lima (2014) aponta que essa participação social pode tornar-se “mera gestão dos recursos públicos, cabendo aos membros da sociedade civil assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas públicas, em detrimento da partilha da decisão no processo de formulação dessas políticas” (p.78), o que pode vir a “ocultar concepções perversas que subvertem a lógica dos movimentos sociais” (p.79).

Deve-se reconhecer as limitações e dificuldades percebidas quando se busca analisar os espaços decisórios propostos pela Política de Desenvolvimento Territorial, porém, da mesma forma devemos ressaltar o caráter inovador apresentado, ao envolver a população em debates, formulações e avaliação de uma forma nunca antes pensada pelo Estado. Sobre esses avanços “considera-se a tentativa de encarar esse processo como de transformação social, onde se pode articular o produtivo e o social e confiar em composições institucionais, ou como paradigma organizacional, como a figura dos colegiados territoriais” (ALCANTARA, 2013, p. 183).

A abordagem territorial então proposta, dentre outras coisas buscou romper com a abordagem setorial, alterar a escala de abrangência para a escala territorial, e apresentar indícios de superação da persistente dicotomia entre urbano e rural.

Nesse contexto, tanto no primeiro quanto no segundo mandato do Governo Lula, buscou-se, por meio principalmente da SDT, “apoiar as organizações sociais e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na participação da construção de um desenvolvimento sustentável”, além de propiciar uma “maior articulação dos diferentes níveis de governo”, atendendo assim a proposta de descentralização de um governo que mesmo mantendo práticas neoliberais, “combinou igualmente esforços para o arrefecimento da pobreza e da fome, o combate à exclusão social, e a diminuição das desigualdades regionais” (SILVA, 2012, p.96), ao concentrar forças na universalização ao acesso a programas e benefícios básicos ao cidadão e impulsionar uma melhor dinâmica econômica para os espaços com maior pobreza rural.

A partir de 2011, com o Governo Dilma Rousseff, os programas que vinham sendo desenvolvidos continuaram suas atividades, e deram-se continuidade as políticas territoriais



de desenvolvimento. Porém, a instabilidade política vivenciada no segundo Governo Dilma (PT) instaurou um clima de incertezas em vários segmentos da sociedade brasileira. Essa insegurança toma forma quando se concretiza o Golpe de 2016, com o Impeachment da presidenta; e o seu vice, Michel Temer (PMDB) assumindo a presidência.

Dentre as ações do presidente interino, voltaremos a atenção para a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da extinção de nove ministérios, dentre eles, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que inicialmente teve suas questões assumidas pela chamada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sendo esta subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social – que tornou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Com a publicação do Decreto nº 780 de 27 de maio de 2016 a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, assim como a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Secretaria da Agricultura Familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial são transferidas para a Casa Civil da Presidência da República.

Nesse novo cenário, têm-se inconstâncias e receio de retrocesso nas políticas públicas formuladas e executadas pelo extinto MDA, principalmente aquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Em artigo publicado no site oficial do MDA, Marenilson Batista da Silva (Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA) e Hur-Ben Corrêa da Silva (Coordenador de Inovação e Sustentabilidade do MDA), afirmam:

Estamos vivendo dias de muitas incertezas. Ou serão meses? Quiçá anos? Nas nossas andanças sempre somos indagados. E a crise, quando vai passar? Esta é a campeã no ranking das perguntas. Mas tem outra pergunta que é recorrente. “Qual será o futuro da Extensão Rural?” (...) Provavelmente encontraremos defensores de que a Extensão Rural deveria voltar para o Ministério da Agricultura, visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto. Outros apostam suas fichas que, com a ANATER agora vai. Escutamos alguns que dizem “A extensão Rural é muito forte, não tem como acabar”. E vai um rosário de possibilidades. (MDA, s/d).⁶

Naquele momento, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Alberto Broch, em entrevista para o programa televisivo Globo Rural, também lamenta o fim do MDA:

“Nós somos extremamente contra a medida de extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para nós é golpe, para a agricultura familiar e

⁶Artigo publicado por Marenilson Batista da Silva (Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA) e Hur-Ben Corrêa da Silva (Coordenador de Inovação e Sustentabilidade do MDA). Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/futuro-da-extens%C3%A3o-rural>. Acessado em 21 de maio de 2019.



para o desenvolvimento sustentável. Apesar das divergências, trabalhávamos bem. A agricultura familiar merece ter uma estrutura de políticas públicas para desenvolver a atividade”(CONTAG, 2016).

Em nota pública emitida em 20 de maio de 2016, a diretoria da CONTAG manifesta repúdio e indignação quanto ao fim do MDA e a transferência de suas funções: “Extinguir o MDA é negar a importância social e econômica comprovada da agricultura familiar na produção de alimentos para a soberania e segurança alimentar, que tirou o Brasil do ‘Mapa da Fome’ das Nações Unidas” (CONTAG, 2016).

A Nota (CONTAG, 2016) ressalta o quão atingido serão os “milhões de homens, mulheres e jovens da agricultura familiar, acampados e assentados de reforma agrária, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais que vivem nas regiões rurais” que tinham por meio do MDA possibilidades de apresentarem suas demandas e buscarem soluções para os problemas vivenciados no campo brasileiro, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais.

Tem-se um consenso quanto a importância assumida pelo MDA na formulação e na implementação das políticas públicas voltadas para a ascensão da agricultura familiar, o que concede ao fim desse ministério um caráter de involução da extensão rural brasileira.

Para Ulisses Ferreira de Oliveira, “o MDA conseguiu erguer o pequeno produtor mas, certamente, não foi capaz de deixar consolidada a política para tornar a sociedade capaz de ver no mesmo patamar grandes empresários e agricultores familiares”. Acrescenta ainda,

Nesses 16 anos de existência do ministério, o MDA tornou-se referência no Brasil e no mundo em políticas voltadas ao seu principal público alvo, com conquistas importantes como a lei do PAA, a Lei do PNAE a ampliação, desburocratização e diversificação do crédito do Pronaf, com o lançamento do SIPAF - que é o selo Aqui Tem Agricultura Familiar tão reconhecido no mercado nacional -, a abertura de mercados internacionais diversos para cooperativas da agricultura familiar, a inserção da temática da agricultura familiar em linhas de pesquisa da Embrapa, o incentivo a organização de produtores em associações e/ou cooperativas, a aprovação da lei da assistência técnica e extensão rural – ATER, a criação conjunta com órgãos como a FAO de políticas mundiais de combate a pobreza e a fome através de programas que apoiem a agricultura familiar (CAFÉPOINT, 2016).

Sobre os impactos da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua reformulação na condição de secretaria, Oliveira (2016) atenta para o fato da agricultura familiar não mais ter “acesso direto a presidência da República”, sendo suas reivindicações “repassadas a um ministro que poderá filtrar o que acreditar ser mais urgente entre as suas diversas funções, pois não tem a obrigação exclusiva de fortalecimento da agricultura familiar”.



Perde, também, se a junção diz respeito ao entendimento equivocado de que a agricultura familiar não tem importância produtiva e sim social. (...) Perdemos, ainda, porque todos os avanços alcançados estavam caminhando para um entendimento dos agricultores familiares de que as políticas não eram um benefício mas, sim, um direito, pois com a consolidação de muitas dessas políticas em leis a garantia da continuidade era evidenciada(CAFÉPOINT, 2016).

O fim do Governo Temer e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) não significou mudanças substanciais nas políticas públicas para a agricultura familiar. Desde o início da transição de governo, tem-se apresentado propostas que trarão poucos benefícios para o agricultor familiar brasileiro.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA), em publicação de fevereiro de 2019, apresentou análise das primeiras medidas do Governo Federal neste ano, e avaliou os impactos dessas medidas para a agricultura.

Em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro iniciou seu mandato com medidas que podem impactar negativamente a agropecuária brasileira, responsável pelo maior volume e valor de exportações do país e por abastecer a mesa da população, ambos com importância para a economia do país (IEA, 2019).

Dentre as medidas previstas pelo atual governo que poderão “impactar negativamente” a agricultura, tem-se: **a)** A Medida Provisória n. 870, de 01 de janeiro de 2019, extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e transferiu sua competência para o Ministério da Cidadania, que passa a ser o responsável pela criação de políticas da área; **b)** A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que era da Casa Civil, da Presidência da República, teve seu status reduzido na estrutura do governo, passando as competências de coordenação, normatização e supervisão do processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedição dos títulos de domínio correspondentes e efetivação da doação em áreas urbanas, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), executor da reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional, **c)** As demais atribuições da antiga pasta - serão tratadas na atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, ligada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).(IEA, 2019, p. 1-2).

Algumas inconstâncias nas falas dos representantes do governo e as ações previstas também merecem destaque. Um exemplo disso, é a ministra Tereza Cristina (MAPA) se comprometer a dar tratamento especial à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que a deixa apenas ligada a um órgão do ministério, fato que leva a conclusão de que esta não está entre as prioridades do governo, tendo assim, pouca relevância.



O ministro da Casa Civil, naquele momento, Onyx Lorenzoni, propôs nas metas dos 100 dias ampliar a validade das Declarações de Aptidão (DAP), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, porém:

A transferência da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o MAPA é indício de que o novo governo tirou o setor das prioridades. Isso poderá trazer consequências negativas para as políticas públicas aos produtores familiares, como diminuir os recursos do PRONAF; abalar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem os objetivos básicos de promoção do acesso a alimentação e incentivo à agricultura familiar¹⁹ e alterar as propostas do Plano de Safra da Agricultura Familiar (IEA, 2019, p. 3).

Constata-se, principalmente a partir de 2016, uma recessão nas políticas públicas para a agricultura familiar, o que tem fomentado debates e enfrentamento daqueles que veem nas ações do MDA ganhos significativos para os agricultores/camponeses.

Neste trabalho, levaremos em consideração as críticas e limitações apresentadas por diversos autores quanto a PDT, assim como as potencialidades e avanços apresentados ao longo de anos de análises e produções acadêmicas sobre tal temática. Porém, buscando analisar essa política pública por meio de um paralelo com as reconfigurações políticas ocorridas no Brasil nos anos atuais, objetivamos compreender como se deu a efetividade das políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil pós Golpe de 2016; tendo como objeto de acareação à COFASPI e a sua atuação nos municípios que compõem o Piemonte da Diamantina.

SE REINVENTAR EM TEMPOS DE CRISE: A COFASPI FRENTE AO SUCATEAMENTO DA PDT

A história da COFASPI muito se relaciona com a história da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), visto que ambas surgiram simultaneamente, e desde então caminham lado a lado. Segundo informações obtidas junto diretor presidente interino⁷ dessa cooperativa (2019), os primeiros editais de projetos que foram ganhos e desenvolvidos pela COFASPI, foram do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, que naquele momento também dava os seus primeiros passos na formulação da política pública com uma abordagem territorial.

⁷As falas apresentadas nessa seção referentes a COFASPI e sua atuação são resultados de entrevista realizada com o diretor presidente interino Robson Aglayton Cabral Rodrigues, sendo este também um dos sócio-fundadores da Entidade.



Esse momento de florescimento da Política de Desenvolvimento Territorial, datado nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “foi o período em que esta política teve sua maior expressão, visibilidade e resultados positivos”, o que muito influenciou o governo baiano na implantação de políticas públicas que se inspirassem nos princípios do MDA, defendidos a nível federal; “dividindo o estado em territórios, construindo sua estratégia de ação territorial e criando a CET, a Coordenação Estadual de Territórios”. (ENTREVISTA, 2019).

A partir de 2011, a COFASPI já apresentava notória importância no desenvolvimento de projetos para os agricultores familiares, devido principalmente ao grande fomento federal que vinha sendo até então realizado. Porém, com a ascensão ao Governo Federal da também petista Dilma Rousseff, começaram a haver os retrocessos dessa política, o que se intensificou com o Golpe de 2016, com o processo de impeachment da presidenta e o vice Michel Temer assumindo a presidência da República.

Por meio da Medida Provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) transferiu suas competências para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Além disso, o então presidente revogou uma Chamada Pública designada para a seleção de entidades que prestariam serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tendo como propósito “a qualificação da gestão, apoio ao fortalecimento e inserção de organizações econômicas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados, deixando de atender 930 cooperativas e associações de serviços de assistência técnica rural” (SILVA; MIRANDA, 2017, p.3).

Silva e Miranda (2017) apresentaram essas medidas do presidente Michel Temer como “o desmonte institucional da Política de Desenvolvimento Territorial a partir de 2016”, e as analisam como “um obstáculo epistemológico e político para viabilizar a construção de agendas, instrumentos, medidas, ações e projetos que visem a redução das desigualdades regionais, entre o campo e a cidade, assim como o combate à pobreza rural” (p.4)

Sobre os impactos desse período acerca das atividades da COFASPI, o presidente da entidade ressalta que essas medidas “afetaram não só a COFASPI, mas todas as instituições que executavam projetos via MDA, pois acabou com as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural e extinguiu também a SDT”(ENTREVISTA, 2019).

Esse desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial se intensificou com a eleição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que em seu primeiro ano de mandato tomou diversas atitudes preocupantes para a continuidade das atividades da



agricultura familiar, com perdas significativas de muitos direitos angariados nas últimas décadas. Podemos citar aqui cortes e/ou suspensão de repasses substanciais nos valores no orçamento que atenderia as demandas dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária; assim como modificações “no controle e acesso à terra, aprofundamento da quimificação e uso de transgênicos das lavouras, aprofundamento da precarização das relações de trabalho, aumento da violência contra os trabalhadores e os movimentos sociais” (MORO; MOREIRA, 2019, p.8); e por fim, mas não menos desastrosa, a proposta de reforma da previdência, que reduziu drasticamente os direitos previdenciários dos agricultores familiares.

Com o advento do governo de Bolsonaro, a situação só se agravou. Visto que, ele fechou os Ministérios ou os transformou-os em secretarias de outros Ministérios, que executam estas políticas públicas, como por exemplo: MDA e MDS. O primeiro desenvolvia as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural; fortalecimento do cooperativismo da Agricultura Familiar; política de economia solidária e através da SDT à política de Desenvolvimento Rural. O segundo, que foi incorporado ao Ministério da Cidadania, desenvolvia a política de Convivência com o Semiárido, através da implantação das tecnologias de captação e armazenamento de águas das chuvas, sendo que nos Governos Lula e Dilma, já tinham implantado mais de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil), cisternas de consumo humano e 600.000 (seiscentas mil), tecnologias de água para produção, através de cisternas calçadão, cisternas de enxurrada, barreiro trincheira, tanguês de pedra, etc. Com o fechamento desses ministérios, essas políticas públicas também foram extintas. (ENTREVISTA, 2019).

Moro e Moreira (2019) em uma análise das políticas públicas implantadas pelos governos Temer e Bolsonaro destacam de modo muito pertinente o quanto esses projetos políticos passaram a atender os interesses das classes dominantes no Brasil.

O projeto que se consolida após o golpe de 2016, representa a radicalização das forças dominantes na implementação do projeto ultra neoliberal o qual vem se apresentando como uma resposta a crise estrutural do capital e sua manifestação mais contemporânea. Finda a partir deste momento a possibilidade de conciliação de classes e o Estado passa a ser completamente capturado pelas forças dominantes do capital através de uma veloz e profunda contrarreforma o que significa a negação dos direitos sociais e, por sua vez da reforma agrária e das políticas direcionadas para a agricultura camponesa. (MORO; MOREIRA, 2019, p.2).

O grande desafio da agenda de planejamento estatal, tendo em vista o desenvolvimento do país, passa pela análise das estruturas sustentadas em uma lógica de dominação, que mantém privilégios do grande capital – agrário – (BRANDÃO, 2012), representado no Estado brasileiro por forças hegemônicas institucionalizadas na política pela bancada dos ruralistas.



A nível estadual, a COFASPI sempre fez parte das entidades que discutem políticas públicas, contribuindo na construção de uma política voltada para uma abordagem territorial, que – alicerçada nas proposições do MDA – também buscava promover a inclusão socioeconômica dos mais diversos contextos territoriais baianos.

Com o objetivo de atender demandas sociais voltadas para a agricultura familiar, e atendendo a premissa de participação social proposta pelo MDA, o governo baiano modificou a regionalização do Estado. Para isso, entre 2003 e 2006, foram coletados dados e realizadas reuniões, tendo em vista construir uma formação territorial pro estado baiano. Em 2007, com a eleição do Governador Jaques Wagner (PT), a divisão territorial tornou-se oficialmente unidade de planejamento do Estado da Bahia.

Com isso, criam-se possibilidades de democratização das políticas públicas, abandonando práticas verticalizadas de gestão e planejamento, e conduzindo a uma emancipação social, onde o crescimento econômico estaria atrelado à melhoria da qualidade de vida da sociedade (SEN, 2005).

Essa proposta de maior envolvimento dos diversos atores sociais conduziria a um projeto de desenvolvimento que viria a modificar as dinâmicas sociais predefinidas, enfrentando democraticamente forças conservadoras, ganhando poder nos espaços decisórios, tornando-os “canais alternativos de participação e interlocução”, vendo-os como “arenas de coordenação de interesses, de diálogos, de conflitos e de consensos” (BRANDÃO, 2012, p.207).

Apesar da descontinuidade da PDT no âmbito federal, o governo estadual baiano ainda mantém incentivos para o desenvolvimento dessa política, dando continuidade em seu planejamento considerando a escala territorial. Assim, a COFASPI vem mantendo suas atividades a partir principalmente de projetos desenvolvidos com recursos estaduais.

Atualmente, através do Governo Estadual a gente tem essas políticas do Bahia Produtiva e do Pró-semiárido, que estão em pleno vapor. Mas a gente está agora concorrendo a um edital para assistência técnica para agroecologia, isso vai ser muito importante pra nós e para os agricultores que já trabalham com agroecologia aqui no território. Nós temos também as ações individualizadas do Governo do Estado no âmbito da capacitação de jovens, capacitação de agricultores experimentadores, e os intercâmbios - isso tem sido muito positivo no desenvolvimento do trabalho da cooperativa. (ENTREVISTA, 2019).

Com o sucateamento da Política de Desenvolvimento Territorial ocorrido no âmbito federal, não mais foram recebidos fomentos destinados a agricultura familiar, e os projetos que estavam em execução – oriundos do Governo Dilma – foram interrompidos, prestado contas e encerrados, quando o Michel Temer assumiu a presidência.



Levando em consideração que a COFASPI sempre fez parcerias com outras organizações para desenvolver suas ações⁸, e ao considerar o contexto vivido atualmente, essas parceiras precisaram ser ainda mais fortalecidas, para que assim se tornasse possível dá continuidade às atividades de execução de projetos nos espaços rurais do Piemonte da Diamantina.

No momento estamos executando projetos em parceria com o MOC – Movimento de Organização Comunitária, com sede em Feira de Santana; COOPESER - Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede em Feira de Santana; FATRES - Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia; e a Rio Energy, empresa responsável pelo parque de energia eólica assentado na Serra da Babilônia. (ENTREVISTA, 2019).

Essa parceria é entendida pela Cooperativa como “mais uma oportunidade para diversificar as fontes de recursos para desenvolvermos projetos para atender as demandas das populações mais carentes” (ENTREVISTA, 2019).

Para a COFASPI, mesmo com fragilidades, como a descontinuidade dos projetos, tornando o período de execução insuficiente para consolidar os resultados esperados; a Política de Desenvolvimento Territorial “foi de extrema importância, visto que as políticas públicas podem ter a participação efetiva da população, com as mesmas sendo formuladas a partir das demandas de cada comunidade, de cada município, a partir das demandas locais” (ENTREVISTA, 2019); o que potencializou a atuação da Cooperativa junto aos agricultores familiares, melhorando desde condições de renda, acesso a bens e serviços básicos, até o despertar do protagonismo nesses atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento territorial apresenta significância para a descentralização das decisões políticas no Brasil, com destaque para as proposições voltadas à agricultura, que pela primeira vez na história apresentou possibilidades de fortalecimento da produção a nível familiar, visando uma inserção econômica nas redes regionais. No Piemonte da Diamantina, foi possível verificar que a adesão da COFASPI a Política de Desenvolvimento Territorial potencializou a atuação da Cooperativa no Território de Identidade, visto que essa se

⁸Dentre as parcerias firmadas, podemos citar como exemplo a filiação junto a UNICAFES – União Nacional e Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo Rotativo, que tem sede no município de Serrinha, Bahia; ASA – Articulação no Semiárido; CENATER – Central Nacional das Cooperativas de ATER, com sede em Brasília.



beneficiou de muitos projetos, captando recursos que tornaram possível atender demandas sociais de extrema importância, tais como o acesso a água para consumo e produção.

Porém, as abruptas mudanças ocorridas no Brasil, pós Golpe de 2016, com as ações dos presidentes Michel Temer e de Jair Bolsonaro culminaram no desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial, tendo como consequências um momento de impermanência das políticas voltadas à agricultura familiar e um retrocesso da extensão rural no Brasil.

Nesse momento de inconstância, e buscando permanecer prestando assistência técnica com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável, a COFASPI tem se apoiado nas políticas territoriais do Estado da Bahia, que também em parceria com órgãos internacionais tem se inspirado nas proposições do hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, para executar projetos como o Pró-Semiárido e o Bahia Produtiva.

Também estão sendo firmados convênios com empresas privadas que atuam no Território, captando recursos para desenvolver projetos nas comunidades rurais do município onde estão instaladas empresas de produção de energia eólica nesse Território de Identidade.

Aponta-se como perspectiva futura um enfrentamento social com vistas a retomada de posição de destaque das políticas públicas de desenvolvimento rural, considerando as fragilidades e potencialidades da PDT, apontando para um novo caminho, onde as associações comunitárias sejam fortalecidas, e os projetos executados aconteçam com um prazo de tempo suficiente para garantir resultados positivos.

Para isso, precisa-se entender que construir o desenvolvimento perpassa por ações de construção de alguns processos – como proporcionar uma autonomia aos agricultores familiares, para que quando as ações de intervenção pública sejam cessadas, estes tenham condições de continuar sua prática em campo –; e de desmonte de outros processos – com organizações em escala territorial que entendam as forças de poder presentes inclusive nos espaços decisórios tidos como de participação social –. Assim, tende-se a combater forças hegemônicas, “a partir do desmonte contínuo do pacto conservador de dominação interna, presente em qualquer escala espacial, inclusive nas menores...” (BRANDÃO, 2012, p. 217).

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Gestão social nos territórios rurais: limites e possibilidades do agreste de Alagoas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5578/1/FERNANDA_VIANA_ALCANTARA.pdf>. Acesso em Outubro de 2019.



BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ed. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. Disponível em:<<http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2019/07/Territo%CC%81rio-e-Desenvolvimento-Carlos-Branda%CC%83o-2012.pdf>>. Acesso em Março de 2020.

COFASPI. Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte. **Quem somos**. Disponível em:<<http://cofspi.com.br/conheca-a-cofspi/>>. Acesso em Maio de 2018.

CONTAG. **O que perde o Brasil com o fim do MDA**. Plataforma Mercosur Social y Solidário, Rio de Janeiro, 20 de maio de 2016. Disponível em:<<http://www.mercosursocialsolidario.org/wp/nota-da-contag%C2%A0o-que-perde-o-brasil-com-o-fim-do-mda/>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DELGADO, N. G; LEITE, S.P. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org.): **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>>. Acesso em Outubro de 2019.

FIGUEREDO, D.A; LIMA, J. daS. Desenvolvimento territorial e participação social: a relação entre o MDA e a COFASPI no Território Piemonte da Diamantina – BA. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB- 2014. **Anais XVIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB- 2014**, Salvador, EDUNEB, 2014, p.609-610.

LIMA J. da S. **Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal – BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19220/1/LIMA%2C%20J.%20da%20SILVA.pdf>>. Acesso em Maio de 2019.

MATTEI, L. O novo desenvolvimentismo no limiar do século XXI e as políticas de desenvolvimento rural com ênfase na abordagem territorial. In: **O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil**. Brasília, IICA, 2017. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/82310845-O-legado-das-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-para-a-inclusao-socioprodutiva-no-brasil.html>>. Acesso em Março de 2020.

MORO, M.D; MOREIRA, E. M. Temer a Bolsonaro: o tiro de morte na reforma agrária. **Anais IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, 2019. Disponível



em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1385_13855cc9af261bfba.pdf>. Acesso em Maio de 2020.

NACHILUK, K; SILVA, ROSANA. de O. P. e. **IEA – Instituto de Economia Agrícola**. Primeiras Medidas do Atual Governo Federal em 2019 e Possíveis Impactos na Agricultura. São Paulo, 15 de fev. de 2019. Disponível

em:<<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14566>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

OLIVEIRA, U. F. de. MDA e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

CaféPoint, São Paulo, 28 de jun. de 2016. Disponível em:<<https://www.cafepoint.com.br/colunas/fairtrade-ulisses-ferreira/mda-e-as-politicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-100802n.aspx>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acessado em Junho de 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012 (p. 148-168). Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4043/2731>>. Acesso em Março de 2020.

SILVA, M. A. P. da; MIRANDA, R. R. Políticas públicas em tempos de golpe político e de desmonte do desenvolvimento territorial. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, n.115, Presidente Prudente, julho de 2017. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataaluta_7_2017.pdf>. Acesso em Março de 2020.